Scripta Nova
REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES
Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98
Vol. XVIII, núm. 496 (08), 1 de diciembre de 2014
[Nueva serie de *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*]

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO CIDADÃ

Lana de Souza Cavalcanti
Vanilton Camilo de Souza
Universidade Federal de Goiás/Brasil

A formação do professor de geografia para atuar na educação cidadã

A Geografia é disciplina capaz de formar pessoas para atuação cidadã e requer uma formação docente voltada para essa atuação. Essa convicção impulsionou uma investigação com o objetivo de identificar elementos de formação profissional capaz de formar cidadãos no âmbito da escola básica. O trabalho versa sobre as estratégias formativas potencializadoras da formação inicial do professor de Geografia da UFG para atuar nas práticas cidadãs. Sob os fundamentos da pesquisa colaborativa na qual as atividades são de co-produção de conhecimentos, desenvolveram-se procedimentos de coleta e produção de dados em documentos curriculares, aplicação de questionários a alunos do Estágio em Geografia e práticas aplicadas nas escolas de Educação Básica voltadas à formação cidadã. Os dados apontam para as ricas possibilidades de formar professores de Geografia para atuar na educação cidadã, por um lado, e pelos desafios que é a formação do profissional desejável, na perspectiva desse trabalho, por outro.

Palavras-chave: ensino de geografia, formação de professores, educação cidadã

The formation of the geography teacher to work in civic education

The Geography discipline is capable of forming people into citizen action and therefore requires the training of their teachers. This belief promoted investigation focused on this aspect of training, of which the results are discussed in this article. The project discusses the potentiating formative strategies of the UFG Education Geography professor's upbringing inclined to act in civic practices. Under the groundwork of collaborative research, which is conceived as a set of co-production of knowledge and training activities, it has been developed procedures for collecting and producing data in curriculum documents, as well as questionnaires to Geography Internship students and practices implemented in schools of Basic Education aimed at civic upbringing.

Keywords: education geography, training of teachers, forming citizens

Este texto apresenta resultados parciais de investigação em andamento no Laboratório de Pesquisa em Educação Geográfica (LEPEG), no Instituto de Estudos Socio-Ambientais/Universidade Federal de Goiás.[1] Essa investigação tem o propósito final de analisar experiências formativas para a profissionalização do professor de Geografia, em curso de graduação, tendo em vista o desenvolvimento de propostas de trabalho docente, de alunos do Estágio Supervisionado de Geografia, voltadas para a formação cidadã.

A pesquisa está apoiada na convicção de que a meta do ensino de Geografia, mais que a assimilação passiva e reprodutiva de conteúdos geográficos, é promover o desenvolvimento amplo do aluno para a sua atuação na sociedade enquanto cidadão. A atenção volta-se para a formação inicial de professores de Geografia na Universidade. Os questionamentos que direcionam a investigação são: os cursos de formação de professores de Geografia tem tido preocupação com a demanda do ensino de formar para a cidadania? No desenvolvimento desses cursos, é possível, a partir das experiências nas disciplinas voltadas para as práticas pedagógicas, potencializar a formação do professor de Geografia para esse objetivo? O Estágio Supervisionado, em especial na etapa de desenvolvimento de Projetos de Intervenção Pedagógica (PIP) na escola, poderia se constituir em um momento especial da formação para a realização de propostas de trabalho docente voltadas à formação cidadã, no âmbito do ensino de Geografia?

A partir dessas questões, objetivou-se identificar, no Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura da Universidade Federal de Goiás, elementos indicativos (metas, disciplinas e ementas de disciplinas) de uma profissionalização capaz de formar cidadãos no âmbito da escola básica; avaliar, na literatura pertinente, o conceito de cidadania no campo da Geografia e sua orientação para a atuação do professor de Geografia; indicar e experimentar estratégias formativas potencializadoras nas atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado de Geografia do curso de Licenciatura da Universidade Federal de Goiás para atuação profissional voltada à contribuição escolar de práticas cidadãs.

Investigando possibilidades de formação cidadã

O desenvolvimento desta pesquisa foi fundamentado na metodologia qualitativa, definida por Martins[2] "como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise". A autora ressalta como princípio das investigações nessa

[1] Trata-se de investigação, apoiada pela CNPq, intitulada "A formação do professor de Geografia para atuar na educação cidadã", desenvolvida pela equipe composta por quatro professores da UFG, três alunos da pós-graduação em Geografia da UFG, nove alunos da graduação sob nossa coordenação no período de 2012 a 2014. É integrada a um Projeto I+D, aprovado e financiado pelo Ministerio de Ciencia e Innovación da Espanha, sobre o título *"E*strategias de formación del profesorado para educar en la participación ciudadana" que envolve países ibero-americanos, liderado por Francisco Garcia Perez, de Universidade de Sevilla. A participação dos pesquisadores no XIII Colóquio Internacional da Geocrítica ocorrido na Universidade de Barcelona entre os dias 05 a 10 de maio teve o apoio com recursos financeiros da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

[2] Martins, 2004, p. 01.

perspectiva a flexibilidade dos métodos qualitativos, sempre buscando acompanhar as sinuosidades da pesquisa e do sujeito investigado.

Considerando a diversidade de modalidades próprias às pesquisas de natureza qualitativa, considerou-se pertinente aos objetivos desse trabalho a pesquisa colaborativa que, segundo Ibiapina[3] "é atividade de co-produção de conhecimentos e de formação em que os pares colaboram entre si com o objetivo de resolver conjuntamente problemas que afligem a educação". A autora ressalta que essa modalidade de pesquisa desenvolve atividades próprias à formação inicial e contínua de professores. A pesquisa colaborativa é mencionada também nos trabalhos de Marcondes[4]. Com o intuito de valorizar as investigações sobre as práticas, a autora trata da pesquisa colaborativa como aquela capaz de promover uma autoinvestigação. Para essa autora, a autoinvestigação é uma etapa que se completa com a reflexão compartilhada.

Para a viabilização da investigação, utilizou-se dos seguintes procedimentos: Levantamento e análise bibliográfica: ocorreu durante todo o período de realização da pesquisa, o levantamento, a leitura e a análise da bibliografia disponível, no sentido de buscar consistência teórica aos seus referentes básicos: cidadania, formação de professores e ensino de Geografia; Análise documental**:** analisou-se o Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura de Geografia da UFG, vigente no período da investigação, com o propósito de identificar elementos indicadores da preocupação com a formação profissional voltada para os propósitos de formação cidadã, bem como as diretrizes curriculares de formação de professores: os PCNs de Geografia e os currículos das Redes Estadual e Municipal de Ensino; Aplicação de questionários a alunos matriculados no Estágio Supervisionado de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás**:** foram aplicados questionários a 39 alunos matriculados no Estágio Supervisionado de Geografia em 2012 para diagnosticar noções de cidadania, de Geografia e de Ensino de Geografia presentes nesses alunos.

Foram considerados os seguintes eixos de abordagem na estruturação do questionário: 1- Concepções de cidade; 2- Cidadania e valor formativo da Geografia para a cidadania; 3- Papel e significado da participação cidadã como conteúdo educativo; 4- Formas de trabalho docente voltado para a formação cidadã; 5- Relação do currículo de formação docente com a formação cidadã; 6- Preocupação dos estagiários com questões sociais, espaciais, voltadas para a prática cidadã; Constituição e efetivação de grupo de discussão: após a aplicação do questionário, foram selecionados 8 alunos (quatro duplas de estagiários que elaboraram e aplicaram o Projeto de Intervenção Pedagógica – atividade prevista no estágio supervisionado) com interesse no projeto, para formação de um grupo de discussão.

A partir desse grupo colaborativo refletiu-se, a partir dos Projetos de Intervenção Pedagógica do Estágio Supervisionado, sobre a temática da pesquisa, sobre o papel da cultura local/cultura urbana/cultura escolar como dimensão da formação da cidadania e sobre atividades potencializadoras e dificultadoras para a formação da cidadania; Construção, desenvolvimento e avaliação dos Projetos de Intervenção Pedagógica (PIP) nas escolas campo de estágio: o acompanhamento, a orientação da elaboração de projetos de intervenção pedagógica e de sua

[3] Ibiapina, 2008, p. 25.
[4] Marcondes, 2004.

implantação/aplicação pelos estagiários foi uma importante etapa da pesquisa por ter sido a atividade central que envolveu todo o grupo de pesquisa em torno, essencialmente, das possibilidades e das estratégias para potencializar no âmbito da formação inicial dos professores de Geografia a meta da profissionalização voltada à formação cidadã; Construção, desenvolvimento e avaliação de Projeto de Intervenção Pedagógica em uma escola da Rede Pública da Região Metropolitana de Goiânia**:** estabelecimento de parceria com a escola selecionada para desenvolver projeto de intervenção focando um tema do conteúdo curricular, com o intuito de aprofundar experiências formativas em período de estágio curricular de alunos do curso de Geografia (em desenvolvimento no ano letivo de 2014).

Para o desenvolvimento da investigação, foram feitas várias reuniões com o grupo e/ou com duplas de estágio, para discutir a bibliografia básica de formulação de um conceito de cidadania a ser adotado como referência para o grupo, para orientar a elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Intervenção Pedagógica dos estagiários envolvidos; para programar atividades de execução dos Projetos e para avaliar a realização das atividades.

Conceito de cidadania para nortear a prática docente cotidiana em Geografia

Nas últimas décadas, a pesquisa na área de Geografia escolar tem atribuído maior relevância à Geografia que se ensina, tornando-a mais interessante e mais atraente, promovendo aprendizagens significativas, trabalhando com conhecimentos integrados, abertos, que consideram a complexidade inerente à realidade, destacando-se a relação entre cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem. Essas considerações colocam questões específicas para o ensino, como: que relações podem ser estabelecidas entre o que se tem analisado na Geografia sobre os conceitos científicos e os conhecimentos que os alunos constroem em sua vida urbana cotidiana? Que encontros entre as duas "geografias" podem ser estabelecidos? Os professores, ao ensinarem conteúdos do espaço urbano, por exemplo, levam em conta as características, os problemas, a dinâmica dos espaços vividos pelos alunos e suas percepções sobre esses espaços?

Tal perspectiva enfatiza modos de abordar a cidade e o espaço urbano na escola, tendo como eixo a formação de conceitos geográficos elementares, como os de paisagem, lugar e território, e sua articulação, aprofundando estudos teóricos que permitam fazer uma "leitura geográfica da cidade", partindo do pressuposto de que se trata de uma construção humana[5], visando à aprendizagem significativa dos jovens escolares. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de habilidades e capacidades elementares para o usufruto pleno da cidade.

A cidade é um espaço multicultural, lugar da copresença, da coexistência. Sua gestão e seus projetos devem considerar a distinção entre os diversos grupos, seus desejos, anseios, rotinas, estilos e a desigualdade de participação social. Lugar da diferença, do contato, do conflito, requer a efetivação de projetos que possibilitem sua dinâmica cotidiana com menor divisão/separação espacial, menor dispersão, maior convívio entre os diferentes, menor desigualdade social. Reafirma-se, assim, um projeto de cidade que garanta seu usufruto pela população, que garanta o

[5] Carlos, 2005.

direito à cidade[6], em seu dia a dia, em seu cotidiano. Nessa linha, a articulação entre cidade, espaço público, cidadania e cultura torna-se relevante para nortear o ensino, com os seguintes entendimentos: - cidade como lugar de culturas; - cidadania como o exercício do direito a ter direitos, que cria direitos no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública; - espaço público, como elemento para a prática da gestão urbana democrática e participativa, que favorece o exercício da cidadania. A preocupação com esse espaço revela, assim, uma gestão que tem como meta a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Nesses termos, a pesquisa estabelece como objetivo do ensino de Geografia a educação geográfica para a vida urbana com participação cidadã.

As discussões do grupo e a análise dos dados coletados estão fundamentadas na concepção de cidadania que se baseia na contribuição de autores que discutem o tema[7]. Na atualidade, diversos estudos apontam para a ideia de cidadania construída sob os auspícios da sociedade moderna, especificamente com o advento da independência dos EUA e da Revolução Francesa. É uma ideia vinculada à perspectiva de participação política extremamente difundida por esses dois eventos da era moderna. Dessa forma, cidadania passaria a ser compreendida essencialmente como a participação política do indivíduo nos pleitos eleitorais. A concepção que norteia este estudo é mais ampla que a que se reduz à sua dimensão política de cidadania, baseada na ideia de representação e na possibilidade do voto, na medida em que abrange o plano da consciência política, das condições sociais de sobrevivência, do respeito à diversidade cultural, dos processos de aquisição do saber etc.

Nessa perspectiva, cidadania está ligada à participação da vida coletiva incluindo reivindicações de inclusão social, de respeito à diversidade e de direitos mais amplos para melhores condições de vida e de sobrevivência. Trata-se de uma noção de cidadania que "exercita o direito a ter direitos, aquela que cria direitos, no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública"[8], destacando-se sua dimensão territorial, formulada, conforme mencionado anteriormente, em termos de direito à cidade[9], direito ao usufruto da cidade, direito a habitar a cidade (que não significa consumir, mas viver a cidade).

Com o entendimento de que grande parcela da população brasileira não tem garantia do exercício pleno da cidadania formal, Santos[10] argumenta que, nesse contexto, cada dia mais tem-se levado em conta apenas uma das vertentes da cidadania – o consumo. E por não exercer plenamente o seu direito de ser cidadão, o brasileiro pode ser entendido como um cidadão incompleto, que, principalmente por influência dos meios de comunicação e de uma política de Estado que não investe satisfatória e qualitativamente em Educação para a emancipação cidadã, aceita ser tratado como usuário e ser chamado de consumidor por toda a sua vida, sendo que em algumas ocasiões é "convidado" a participar da "festa da cidadania", ao votar em quem melhor possa lhe representar. O indivíduo que percebe que a sua cidadania acontece apenas no momento do voto, ou quando

[6] Lefebvre, 1991.
[7] Santos, 2007; Benevides, 2004; Oliveira, 2002.
[8] Cavalcanti, 2001, p. 20.
[9] Lefebvre, 1991.
[10] Santos, 2007.

consome, está limitado ao extremo para fazer valer outras dimensões da cidadania, como as propostas por Oliveira[11].

Para o autor, o indivíduo apenas torna-se cidadão completo quando reconhece que atende plenamente às seguintes dimensões da cidadania: 1. a dimensão civil, na qual o cidadão tem a garantia de seus direitos e deveres cívicos, como direitos civis à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; 2. a dimensão política, na qual o cidadão tem garantida a possibilidade de participar politicamente da vida em sociedade e das decisões que melhor encaminhem o conjunto social a um determinado rumo; 3. a dimensão socioeconômica, na qual existe a possibilidade de contestação junto às forças do Estado de bens sociais e culturais, que garantam a manutenção da vida do cidadão e de seus pares; 4. a dimensão cívica, que é responsável pelas normativas que garantem a boa convivência entre as pessoas; 5. a dimensão do consumo (ou do mercado), que é o que garante a possibilidade de o cidadão garantir o seu direito ao consumo de bens materiais, sociais, culturais e naturais, permitindo-lhe assim, ter a manutenção satisfatória de sua vida em um sentido mais amplo; 6. a dimensão do pertencimento, que é a organização territorial na qual o cidadão está assentado; 7. a dimensão espacial, que se refere a espacialidade vivida pelo cidadão.

O exercício da cidadania, nesse entendimento, não está garantido formalmente, ao contrário pressupõe movimentos sociais constantes que promovem a discussão e a definição de pautas específicas em cada contexto, para o que contribui a formação básica dos grupos sociais. Nesse sentido, a escola e as disciplinas escolares se articulam historicamente ao projeto de formação da cidadania. Pela escola, pode-se empreender significativos esforços para questionar o sentido mais restrito de cidadania e promover situações que possibilitem o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos sobre a sua realidade social, sobre seu direito a condições mais dignas de sobrevivência, direito às suas manifestações culturais, sobre o direito de acesso ao conhecimento e aos espaços da cidade. Assim, pode-se atribuir à escola a responsabilidade direta e indireta com a cidadania. Direta, quando ela possibilita às pessoas a construção do conhecimento e a tomada de uma consciência crítica sobre a realidade. Indireta, quando se crê que o saber e a consciência crítica possibilitam outras práticas capazes de mudar a realidade. É com essa perspectiva da noção de cidadania no ensino de Geografia que se desenvolve a pesquisa, voltada para a busca de estratégias de formação de professores capazes de promover um ensino para a formação cidadã, tendo os conteúdos geográficos como mediadores.

Parte-se do princípio de formação do professor que resulte em aprendizagens significativas para a vida cotidiana dos alunos. Nesse sentido, buscamos formular propostas e desenvolver orientações teórico-práticas para a formação desse profissional e para a prática de ensino voltadas a uma Geografia escolar que faça sentido para a vida dos alunos, contribuindo, assim, para sua formação cidadã, para sua prática cotidiana em espaços coletivos, sobretudo nos espaços urbanos.

Com base nessas demandas, temos como pressuposto o fato de que a compreensão e a sistematização sobre a cidade e a região em que se vive contribuem, de modo expressivo, para a formação do aluno enquanto cidadão, pois a relação do sujeito com a sociedade e com o espaço é mediada pelos seus conhecimentos sobre esse espaço e sobre a sociedade. Como bem

[11] Oliveira, 2002.

argumentava Yves Lacoste[12], a Geografia na escola deve possibilitar ao aluno a compreensão do espaço para nele atuar. Assim, defendemos que o objetivo do ensino de Geografia na escola é formar o raciocínio geográfico, ou seja, formar um modo de pensar geográfico para orientar práticas cidadãs cotidianas[13]. Com esses pressupostos, buscou-se averiguar como estão sendo desenvolvidas as atividades de formação no curso de Geografia no contexto da Universidade Federal de Goiás, particularmente no que diz respeito ao componente formativo denominado Estágio Curricular Supervisionado em Geografia.

Estratégias de profissionalização em Geografia para formar cidadãos: possibilidades da formação inicial

Os objetivos e pressupostos da investigação levou à análise de aspectos do curso de formação para professores de Geografia visando identificar referências à formação cidadã. A análise do Projeto Pedagógico do Curso de Geografia, implantado em 2005, permite verificar sua orientação explícita para essa questão, como é possível observar por trechos do documento onde é apresentado o objetivo dessa formação:

"Oferecer uma sólida formação teórica e prática baseada nos conceitos fundamentais da profissão do Licenciado em Geografia que possibilite aos egressos atuarem de forma crítica e inovadora frente aos desafios da sociedade; 2) O curso de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais oferece as condições necessárias para a compreensão do processo de produção do conhecimento geográfico e para o entendimento dos arranjos e organizações territoriais das sociedades e das populações, como condição essencial à compreensão da atualidade, com vistas ao exercício da cidadania e à inserção do indivíduo na sociedade; 3) Capacidade de utilizar, de forma responsável, o conhecimento geográfico, respeitando o direito à vida e ao bem estar dos cidadãos"[14].

Ainda outro trecho do projeto exemplifica a referida orientação:

"A formação do professor de Geografia deve pautar-se numa sólida base humanística, visando um exercício profissional ético e democrático. É importante essa formação para que possa atuar nos espaços de trabalho com responsabilidade e compromisso, atitudes essas mediadas por uma ação autônoma que respeite a pluralidade inerente aos ambientes profissionais e à própria Geografia"[15].

Percebe-se que o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia da UFG, que forma professores para atuar na Educação Básica, possui claras intenções que se conectam com os objetivos da pesquisa desenvolvida e sistematizada nesse trabalho.

Além do projeto pedagógico do curso de Geografia, vale destacar outro documento que de certa maneira orienta o processo de formação do professor de Geografia. Estamos nos referindo ao Parecer 01/2001 do Ministério de Educação (MEC) que fundamentou as atuais diretrizes nacionais de formação do professor para atuar na Educação Básica. De maneira geral o conteúdo desse documento contribui para orientar a formação do professor, destacando as seguintes dimensões: a relação teoria e prática, o papel da pesquisa na formação do professor, maior

[12] Yves Lacoste, 1988.
[13] Cavalcanti, 1998.
[14] Universidade Federal de Goiás, 2005. p. 6.
[15] Universidade Federal de Goiás, 2005. p. 8.

vinculação escola-universidade, o papel da escola e do professor para uma formação para a cidadania. O enunciado a seguir expressa essa ultima dimensão.

"[...] reforça-se a concepção de escola voltada para a construção de uma cidadania consciente e ativa, que ofereça aos alunos as bases culturais que lhes permitam identificar e posicionar-se frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva e sócio-política. Reforça-se, também, a concepção de professor como profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitada a sua diversidade pessoal, social e cultural[16]".

Ainda sobre o papel da escola na formação para a cidadania o documento aponta que a escola não deve ser uma instituição isolada da comunidade escolar e de outras instituições. A ação integradora da escola contribui para a formação para a cidadania, conforme a citação a seguir:

"Muitos estudos têm-se concentrado na questão da abertura e do enraizamento da escola na comunidade, como uma imposição de novos tempos. Advertem que a escola tem que passar a ser mais mobilizadora e organizadora de um processo cujo movimento deve envolver os pais e a comunidade. É também necessário integrar os diversos espaços educacionais que existem na sociedade, ajudando a criar um ambiente científico e cultural, que amplie o horizonte de referência do exercício da cidadania. Além disso, há que se discutir e superar o isolamento das escolas entre si[17]".

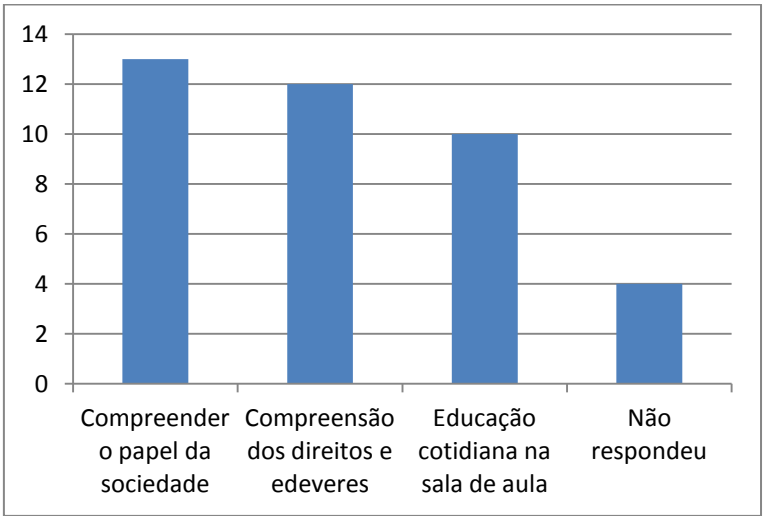
Assim como o Projeto Pedagógico do curso de Geografia da UFG, as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores para atuar na Educação Básica apresentam dimensões importantes com intuito de formar esse profissional para atuar na formação para a cidadania. Na próxima parte do texto relataremos as percepções dos alunos do curso de licenciatura em Geografia sobre a sua formação para a cidadania.

Os professores de Geografia no percurso de sua formação cidadã: percepções e experiências em sala de aula

Percebe-se que o projeto do Curso tem a intenção de preparar os futuros professores para sua tarefa de formar para o exercício da cidadania. Para além dos princípios e em busca dos resultados nos alunos, optou-se por aplicação de questionários a duas turmas da disciplina

Figura 1
Aspectos da vida escolar que educa para a participação cidadã

[16] BRASIL, 2001, p. 11.
[17] Idem, p. 18.



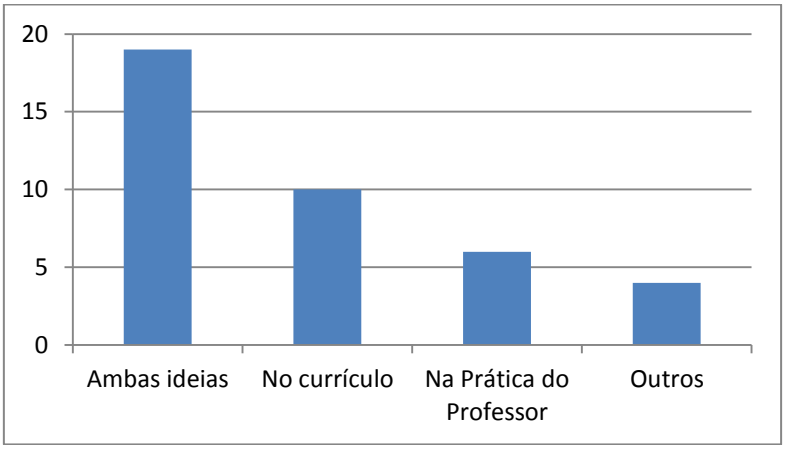
Fonte: pesquisa empírica organização Cavalcanti e Souza 2013

Estágio Supervisionados do Curso de Geografia, totalizando 39 discentes, para identificar junto a esses alunos em processo de formação, que realizavam o estágio de docência, suas percepções sobre: 1- concepções de cidade; 2- cidadania e valor formativo da Geografia para a cidadania; 3- papel e significado da participação cidadã como conteúdo educativo; 4- formas de trabalho docente voltado para a formação cidadã; 5- relação do currículo de formação docente para a formação cidadã; 6- preocupação dos estagiários com questões sociais, espaciais, voltadas para a prática cidadã.

A análise qualitativa dos dados permite afirmar que para a maioria deles ser cidadão está relacionado a possuir direitos e deveres perante a sociedade na qual estão inseridos, o que pode ser entendido também como ser participante ativo nessa sociedade, figura 1. Nessa mesma linha de entendimento, pode-se afirmar que eles compreendem que a disciplina Geografia tem um papel relevante nessa formação.

Quando perguntados se a "Educação para a cidadania" deveria ser uma ideia presente no currículo oficial ou se dependeria mais da prática efetiva dos professores, de um total de 39 (trinta e nove) questionários respondidos, 15% acredita na prática dos professores, enquanto 26% aponta que essa meta deve estar presente no currículo oficial e 49% postula que ela dependeria de ambas as ideias, conforme apresentado na figura 2.

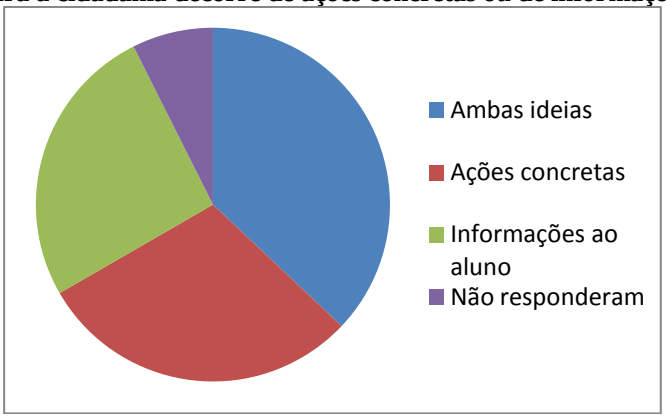
Figura 2.
Aspectos da vida escolar que educa para a participação cidadã



Fonte: pesquisa empírica organização Cavalcanti e Souza 2013

Outra indagação feita aos alunos: se eles consideram que a educação para cidadãos ativos se consegue envolvendo os alunos em ações concretas ou proporcionando informação ao aluno acerca dessa temática. As respostas, dos que indicaram propostas na figura 3, se dividiram da seguinte forma: 20% dos alunos acredita que a educação para cidadãos se consegue por meio de ações concretas; 18 % somente por informações aos alunos (os discentes que optaram por essa resposta, em sua maioria, colocaram que essas informações seriam referentes a conceitos geográficos e de cidadania); e 26% acreditam que ambas as possibilidades educar para cidadania.

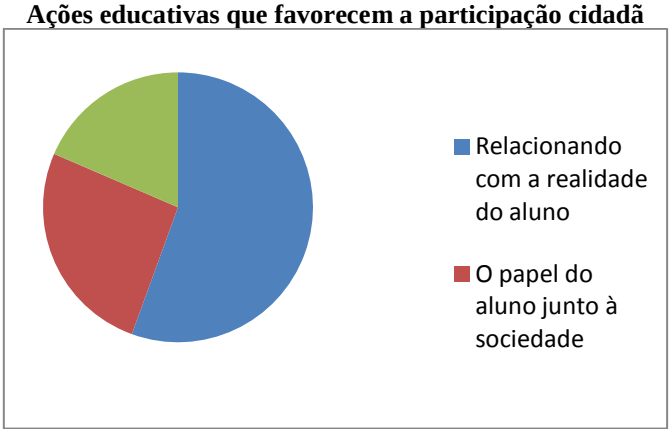
Figura 3
A formação para a cidadania decorre de ações concretas ou de informações aos alunos?



Fonte: pesquisa empírica organização Cavalcanti e Souza 2013

Ainda é importante destacar outra questão feita: Você acredita que trabalhar com problemas sociais do entorno da escola pode favorecer a educação para a participação cidadã? Como? Por que? Todos os alunos que responderam (total de 27) a essa questão acreditam nessa possibilidade, sendo que 55% apontaram que a forma de se fazer isso seria mostrando a realidade do aluno; enquanto que 26% disseram que seria por meio da ajuda na formação da consciência crítica em relação ao papel do aluno junto à sociedade; e 19% acredita que trabalhar com problemas sociais do entorno da escola ajuda na motivação dos alunos, conforme demonstração na figura 4.

Figura 4
Ações educativas que favorecem a participação cidadã



Fonte: pesquisa empírica organização Cavalcanti e Souza 2013

Também, quando indagados sobre sua participação como professor, monitor ou voluntário em algum programa de educação para a participação cidadã, a grande maioria, 69%, respondeu negativamente; enquanto que apenas 15% respondeu que já participaram dessas experiências de alguma forma, sem especificá-las.

Com a intenção de ampliar nosso entendimento das possibilidades de formação profissional voltada para a cidadania, constituímos um grupo de discussão, composto por professores pesquisadores e por alunos estagiários, que estavam em fase de elaboração de Projetos de Intervenção Pedagógica, que é um plano de atividade docente prática, como parte do conjunto de atividades do Estágio, em escolas de educação básica, a ser realizado por duplas de alunos. Compuseram o grupo de discussão oito alunos estagiários, que elaboraram quatro Projetos de Intervenção diretamente ligados ao objetivo do grupo de discutir/definir estratégias de formação com vistas à prática cidadã. Com a orientação dos professores pesquisadores, os projetos foram desenvolvidos em 2013, três dos quais serão descritos a seguir:

Projeto de Intervenção Pedagógica – PIP 1: "Para além das mídias: desmistificando os preconceitos em torno dos movimentos sociais no campo". Estagiários: Helena de Morais Borges e Ângela Maria Martins Peixoto.

O PIP teve como objetivo proporcionar elementos para que os alunos construíssem uma opinião crítica sobre os movimentos sociais no campo no Brasil, tendo informações sobre o processo histórico que levou à constituição da propriedade privada da terra e a consequente exclusão do trabalhador do campo, além da compreensão das causas de luta desses movimentos sociais e do seu papel na sociedade. Entendeu-se que com esse estudo os alunos poderiam ter um conhecimento básico sobre o tema e com isso poderiam questionar e interpretar as informações veiculadas pela mídia.

Este projeto foi realizado no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), para uma turma de 8º ano (alunos de aproximadamente 13-14 anos), no mês de junho de 2013. Tendo em vista o tempo disponibilizado pela escola e professora, o projeto foi aplicado em duas aulas. Na primeira aula, no dia 25 de junho de 2013, iniciou-se com a problematização da temática dos

Movimentos Sociais no Campo, buscando mobilizar os conhecimentos prévios dos alunos. Para isso, utilizou-se a exposição de um mapa do Brasil Agrário[18], composto por diversas informações da questão agrária brasileira, tais como os conflitos, as ocupações realizadas pelos movimentos, os assentamentos existentes. Posteriormente, foi feita uma discussão do processo de formação desses movimentos. E, no terceiro momento da aula, houve um debate sobre as diferentes abordagens veiculadas na mídia referentes aos movimentos sociais no campo, finalizando a primeira aula com uma atividade de pesquisa individual sobre as formas de notícias que aparecem em jornais, revistas e sites sobre esses movimentos.

A segunda aula, no dia 26 de junho de 2013, iniciou com a análise e discussão das notícias veiculadas na mídia sobre os movimentos sociais no campo a partir da participação dos alunos. Nesse momento, foi possível perceber a mudança da compreensão dos alunos tendo como base a aula anterior. Após esse momento, foi realizada uma atividade de leitura e interpretação de outras notícias sobre o tema, apresentadas pelas estagiárias (em jornais de veiculação nacional). Essas notícias tinham abordagens diferentes e foram veiculadas em dois tipos de mídias. Para finalizar a intervenção, os alunos escreveram um texto analisando essas reportagens e foi possível mobilizar habilidades de comparação, interpretação, análise, pensamento relacional e argumentação dos alunos participantes.

No que concerne aos principais resultados das atividades realizadas com os alunos, pode-se classificar as respostas em três grupos: os que concordaram com a notícia veiculada pelo Brasil de Fato (seis alunos), os que concordaram com a forma que o G1, Agência de Notícia, explicitou o acontecimento (três alunos), e os que discorreram sobre as duas notícias, mas sem apresentar com qual delas concordavam (quatro alunos).

No que concerne ao primeiro grupo, destacamos as seguintes respostas:

"Na minha opinião, eu concordo com a notícia do Brasil de fato, pois é ao contrário da notícia da indústria de suco de laranja, na notícia usa a palavra ocupação no lugar de invasão, além disso eles explicam o porque dos movimentos sem terras (MST). Já a outra notícia da G1 se refere aos (MST) como invasores e ainda eles não explicam o motivo de movimento dos sem terras, favorecendo o representante da empresa, mostrando-o a notícia achando somente um lado". [ALUNA A].

"Concordo com a segunda notícia "MST ocupa área grilada da cutrale", pois ela usa termos mais suaves e fala também o porque que ocuparam a unidade, já na segunda é usado termos pesado como "invadido", "vandalismo" contra o MST"[19]. [ALUNA B].

Em relação ao segundo grupo, os que concordam com a notícia do G1, exemplificamos com as seguintes respostas:

"Eu não concordo com essa notícia, pois é muita covardia acabar com esse tanto de laranja, já que tem tanta gente passando fome. Eles podiam ter ficado com as laranjas e vendido ou doado. E depois ocupado o território". [ALUNO C].

[18] Girardi, 2009.
[19] Movimento dos Sem Terra.

"Já no segundo texto eu acho que eles deviam ter ido com mais calma, pois se não era da Cutrale, também não era do MST. Mas eu não tiro o direito deles, pois o espaço de terra era grande". [ALUNO C].

"Eu acho bastante errado os sem terra invadir terras que estão pelo menos sendo usadas pela indústrias, também acho eles entrarem e derrubarem milhares de pés de laranja. Já no segundo texto eu acho errado ter tantas terras e não dar nenhuma para as pessoas que precisam". [ALUNO D].

A partir dessas respostas, percebeu-se que mesmo não concordando com a ação do Movimentos dos Sem Terra – MST, naquele episódio, os alunos argumentaram que em outros momentos a atuação do grupo pode ser válida.

O terceiro grupo, não deixou claro com qual das notícias concordam, porém, a partir das respostas evidencia-se que ficou claro como a abordagem e o emprego de alguns termos pode mudar o sentido na notícia:

"Tanto no primeiro quanto no segundo texto, o assunto é o MST. Porém, no primeiro o movimento é tratado como algo sem objetivo, algo como vandalismo. No segundo, é tratado como um movimento para tentar pedir ao governo pela reforma agrária. A mídia pode mudar completamente o que aconteceu se essa não usar as palavras corretas ao descrever o ocorrido". [ALUNA E].

Ao término, a dupla de estagiárias do Curso de Geografia (Helena e Angela Maria), autoras do Projeto, considerou a atividade satisfatória, uma vez que os resultados explicitaram que a maior parte dos alunos soube argumentar sobre as notícias veiculadas e perceberam que a forma de noticiar um mesmo fato pode se dar de diferentes formas. Desse modo, a participação dos alunos durante as aulas e suas atividades escritas ratificou a formação de um pensamento crítico e reflexivo, o que pode ser entendido como uma boa intervenção para a formação cidadã. Além disso, pode-se destacar a importância dessa atividade para a atuação das estagiárias enquanto professoras, pois considerando que uma atuação cidadã está relacionada à interpretação e possibilidade de intervenção no espaço geográfico é importante que o professor saiba problematizar informações e acontecimentos, possibilitando aos alunos questionarem e intervirem na sociedade.

Projeto de Intervenção Pedagógica – PIP 2: Com o título "As práticas cidadãs para lidar com a seleção e a destinação do lixo em Goiânia-GO" Estagiários: Thamires Olímpia da Silva e Samuel de Oliveira Mendes

O PIP teve como objetivo conscientizar os alunos sobre a seleção e destinação do lixo em uma perspectiva cidadã. Ele foi definido a partir de dados coletados durante as observações do estágio II, quando os estagiários verificaram que apesar de a escola apresentar uma política de separação e destinação do lixo, na prática essa coleta não acontecia, além de se perceber problemas na espacialização das lixeiras. Por meio de um questionário aplicado no 1º ano do ensino médio (alunos de 14/15 anos) do colégio denominado Centro de Ensino e Pesquisa Aplicados à Educação - CEPAE, percebeu-se que os alunos além de não se interessarem pela temática não sabiam separar os materiais de forma correta.

Tendo em conta que um dos principais objetivos da educação proferido no documento oficial dos Parâmetros Curriculares Nacionais é "contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a

decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global"[20], foi então definido esse projeto de intervenção pedagógica.

A realização do Projeto aconteceu em três momentos: no primeiro, desenvolveu-se uma atividade extra-sala, no período da tarde; no segundo, foi realizado um trabalho de campo ao aterro sanitário da Cidade de Goiânia, e, no terceiro, realizou-se uma apresentação dos resultados, através de cartazes produzidos pelos discentes.

O primeiro dia foi dividido em momentos em que foram realizadas atividades de introdução do conteúdo, identificação do conhecimento prévio do aluno, intervenção nas informações e conceitos apresentados pelos alunos visando desmistificar e corrigir os possíveis erros, identificação dos problemas relacionados à separação e à destinação do lixo na escola. Também foi simulada uma situação de separação de lixo, por meio de uma dinâmica de grupo, com uma estratégia de solução dos problemas identificados.

No segundo dia, realizou-se um trabalho de campo no Aterro Sanitário de Goiânia, durante o qual assistiu-se a uma palestra que tinha o objetivo de apresentar a forma de condicionamento do lixo, conscientizar sobre o consumo consciente, sobre a reutilização e reciclagem de materiais sólidos. Após a palestra, houve ainda uma visita nas dependências do aterro sanitário, com o objetivo de visualizar a forma de condicionamento do lixo no local.

Após a atividade, os alunos apresentaram para a turma os cartazes elaborados por eles sobre os temas: Conceito de Lixo e Materiais recicláveis; Importância de se reciclar, a separação e a destinação do lixo; Os problemas do CEPAE em relação à separação e à destinação do lixo. Nesse momento, a grande maioria da turma, mesmo os que não participaram dessa atividade de campo, mostraram-se envolvidos com o tema, participando e questionando os grupos que estavam apresentando.

Como último momento, foi solicitado aos alunos que respondessem à seguinte pergunta: A realização destas atividades contribuiu para a sua formação? A maior parte afirmou que sim e que a partir daquele momento fariam a separação do lixo que produziam, tanto na escola como em casa. Porém, foi observado que alguns desses alunos não praticaram aquilo que estavam vivenciando e debatendo, destinando de forma equivocada o lixo produzido naquele momento (jogando lixo pela janela do ônibus na volta do trabalho de campo, por exemplo). Tais situações e atitudes reforçam a necessidade de mobilização cotidiana, acerca da temática, para consolidar esses conhecimentos e atitudes a eles correspondentes.

Ao analisar os resultados do projeto em relação ao objetivo de formação cidadã, os estagiários ponderam que, mesmo com essas atividades desenvolvidas e que possibilitaram boa participação dos alunos da escola, é necessário ampliar seus motivos para compreenderem a problemática do lixo no cotidiano e se envolverem com ações para equacioná-las.

[20] Brasil, 1999, p. 187.

Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) III: "A Geografia Urbana e os Espaços Públicos nas Grandes Cidades" Estagiários: Mariela e Leila Bastos

Esse PIP foi realizado no Colégio Estadual Pedro Gomes, com alunos de ensino médio (14-16 anos) e teve como objetivo articular o tema da cidadania com conteúdos relacionados à Geografia Urbana, sobretudo os que estão diretamente ligados com os problemas das grandes cidades, e consequentemente com os espaços públicos das mesmas.

Em razão de o conteúdo sistematizado para o período do estágio da dupla ser referente à climatologia, a inserção do Projeto na rotina das aulas levou à necessidade de articular o tema cidadania e espaços públicos com o conteúdo clima, o que, a princípio, para as estagiárias parecia impossível. Ao final do planejamento das atividades, chegou-se à conclusão de que qualquer conteúdo pode ser trabalhado tendo em vista essa perspectiva, na medida em que esse é um tema transversal.

Com o propósito de fazer a articulação entre os temas de clima e cidadania, foi pedido aos alunos que elaborassem possíveis intervenções nos bairros onde residiam, levando em consideração o clima. Entre as sugestões dos alunos, destacam-se as de construção de: parques públicos; campo de futebol coberto; ponto de ônibus coberto; piscinas públicas para os dias quentes; caçadas antiderrapantes para evitar acidentes em dias chuvosos; construção de bueiros; e plantação de árvores.

Em função de alteração no planejamento das aulas daquela turma, foi realizada uma aula com tema improvisado. Optou-se por realizar uma simulação, para a qual o grupo de alunos foi dividido em três, sendo que cada grupo desempenharia uma função. Um dos grupos representava uma rede de supermercados que desejava desapropriar a área da praça para construir uma de suas filiais. O outro grupo representava cidadãos que se posicionariam contrários a essa intervenção (desafetação da área para a construção do supermercado). O terceiro grupo deveria dinamizar o debate com perguntas para ambos os grupos, e ao final ficaria com a decisão pela implantação do projeto ou pelo seu veto. O debate ocorreu com a apresentação de argumentos pertinentes e interessantes dos grupos, finalizando com o veto do "júri" (terceiro grupo).

A atividade seguinte, prevista no projeto, foi a de realizar uma saída a campo, em uma praça próxima à escola, para observação do ambiente e uma roda de conversa posterior. Na ocasião, foi possível verificar que alguns alunos tinham uma visão negativa da referida praça, devido à presença de moradores de rua. Por essa razão, eles acreditavam que se tratava de um ambiente inapropriado para estarem ali inseridos. Diante de tais afirmações, os estagiários conversaram com eles sobre a importância da existência dos espaços públicos, usando como exemplo as manifestações que estavam acontecendo, àquela época, em todo o Brasil. Afirmaram que os cidadãos se organizam e se manifestam em espaços públicos, como ruas e praças, não sendo adequado e recomendável a "negação" desses espaços, mesmo que degradados, o que poderia implicar em que os lugares livres para o acesso público se tornem cada vez mais escassos. Ao final do debate foi colocado que o problema não se limita ao morador de rua que "invade" a praça e sim relaciona-se com o Estado que não oferece a assistência necessária àquelas pessoas.

Para finalizar o projeto, foi aplicado um questionário aos alunos com o objetivo de perceber mudanças conceituais nos alunos, com perguntas relacionadas ao tema espaço público e cidadania. A análise desses questionários possibilitou perceber a assimilação de elementos do conceito de cidadania e o papel dos espaços públicos para isso. Pela análise de suas respostas, pode-se afirmar que em alguma medida os alunos formularam o próprio conceito de cidadania e de espaços públicos, e contribuíram para a formação autônoma de identidade como cidadão e para mudança do discurso sobre o tema.

Em relação à avaliação do trabalho realizado, tendo em vista a formação cidadã, as estagiárias argumentam pelo reforço dessa linha de ensino de Geografia que aborda o cotidiano do aluno, para que este possa realizar uma ligação entre o que está sendo ministrado em sala de aula e aquilo que realmente acontece à sua volta. Assim, o professor deve se sentir também inserido nesta realidade, para que possa auxiliar os educandos na formulação crítica de conhecimentos sobre a realidade.

Conclusões preliminares

A análise dos dados produzidos e sistematizados até o momento permite fazer alguns reflexões em caráter de considerações preliminares:

- A articulação dos métodos de coleta e produção de dados a partir da pesquisa qualitativa colaborativa, em que se permite a autoinvestigação e a reflexão compartilhada, tem sido bastante positiva no decorrer dos trabalhos, em suas diferentes etapas, demonstrando sua adequação em investigações dessa natureza.
- Os conteúdos e os métodos da Geografia, fundamentalmente os da Geografia Urbana, constituem-se dimensão importante para a formação inicial de professores de Geografia, no sentido de atuarem nas práticas cidadãs.
- Julgando pelos Projetos Político-Pedagógico do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás e pela realidade das escolas de educação básica, percebe-se que há abertura e intenção de formar para a prática cidadã, porém, essas disposições não garantem sua efetivação na vida escolar cotidiana, como seria recomendável para um projeto com esses propósitos.
- Experiências com situações formativas de professores de Geografia no percurso inicial que lidam e explicitam conscientemente com temas que tem ligação mais próxima da vida cotidiana e de seus problemas socioambientais podem ser estratégias potencializadoras da formação com vistas à cidadania, indicando tratar-se de práticas que convém ser intensificadas.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Vitória. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.) *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP 009/2001*: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível

superior, curso de licenciatura, de graduação plena. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf. Acesso em março de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretária de Educação Média e Tecnologia. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental,* Brasilia: MEC, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia. *Cidades* (Presidente Prudente), v. 2, 2005 p. 221-247.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, Escola e Construção de conhecimentos*. Campinas/SP: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia da Cidade.* Goiânia: Alternativa, 2001.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. *Pesquisa Colaborativa,* Investigação, formação e produção de conhecimentos. São Paulo: Liber Livros, 2008.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Morais, 1991.

MARCONDES, Maria Inês. A prática de ensino e a pesquisa sobre o saber prático dos professores. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia Oliver; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Conhecimento local e conhecimento universal***:** Pesquisa, Didática e Ação Docente. Curitiba: Champagnat, 2004.

MARTINS, H. H. T. de. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*. v. 30, n. 2. São Paulo, maio/ago, 2004.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Cidadania no Brasil: Elementos para uma Análise Geográfica. *GEOgraphia* (UFF), Niterói - RJ, v. III, n.6, 2002, p. 45-54.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Projeto Pedagógico Curso de Geografia Licenciatura*. Goiânia: IESA/UFG, 2005.